

**DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTO BASEADO NO PROTOCOLO DE ISTAMBUL
PARA ASSISTÊNCIA A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: REVISÃO
INTEGRATIVA**

**DEVELOPMENT OF AN INSTRUMENT BASED ON THE ISTANBUL PROTOCOL FOR
ASSISTANCE TO WOMEN VICTIMS OF VIOLENCE: INTEGRATIVE REVIEW**

**DESARROLLO DE UN INSTRUMENTO BASADO EN EL PROTOCOLO DE ESTAMBUL
PARA LA ASISTENCIA A LAS MUJERES VÍCTIMAS DE VIOLENCIA: REVISIÓN
INTEGRADORA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-348>

Data de submissão: 29/06/2025

Data de publicação: 29/07/2025

Milena Penha Abreu
Mestranda em Perícia Forense
Instituição: Universidade de Pernambuco
E-mail: milena.pabreu@upe.br

Ana Cláudia Amorim Gomes Dourado
Doutora em Odontologia - Cirurgia e Traumatologia Buco Maxilo Facial
Instituição: Universidade de Pernambuco
E-mail: anacagomes@upe.br

Adriana Conrado de Almeida
Doutora em Saúde Materno Infantil
Instituição: Universidade de Pernambuco
E-mail: adriana.almeida@upe.br

Betise Mery Alencar Sousa Macau Furtado
Doutora em Ciências
Instituição: Universidade de Pernambuco
E-mail: betise.furtado@upe.br

Cristine Vieira do Bonfim
Pesquisadora
Instituição: Fundação Joaquim Nabuco
E-mail: cristine.bonfim@uol.com.br

Rosa Amélia Andrade Dantas
Pós-doutora em Ciências Médico-Legais e Ético-Deontológicas
Instituição: Universidade de Coimbra
E-mail: rosa.amelia@upe.br

Magaly Bushatsky
Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente
Instituição: Universidade de Pernambuco
E-mail: magaly.bushatsky@upe.br

RESUMO

Objetivo: Buscar evidências científicas na literatura sobre a utilização de instrumentos baseados no Protocolo de Istambul para a assistência a mulheres vítimas de violência. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, com foco no desenvolvimento de instrumentos baseados no Protocolo de Istambul para assistência a mulheres vítimas de violência. Foram incluídos artigos publicados entre 2013 e 2023 na base de dados PubMed. Os critérios de exclusão consideraram estudos duplicados e aqueles que não atendiam à pergunta norteadora do estudo. A busca utilizou termos controlados (MeSH e DeCS) combinados com operadores booleanos “AND” e “OR”, além de parênteses e aspas para otimizar os resultados. **Resultados e Discussão:** A amostra final incluiu 60 artigos. O período com maior número de publicações foi até 2019, indicando crescente interesse no tema, embora a pandemia de COVID-19 tenha impactado negativamente a produção acadêmica nos anos subsequentes. Observou-se a predominância de estudos descritivos e qualitativos. Os resultados destacaram a importância de adaptar e validar os instrumentos do Protocolo de Istambul para diferentes contextos culturais, além da necessidade de capacitação profissional para assegurar um atendimento eficaz. As características fundamentais da assistência incluem acolhimento, comunicação, identificação e notificação dos casos, sistematização do cuidado e ações preventivas por meio do treinamento das equipes de saúde. **Conclusão:** Embora o desenvolvimento de instrumentos baseados no Protocolo de Istambul tenha avançado, ainda existem desafios significativos na sua aplicação, especialmente em países em desenvolvimento.

Palavras-chave: Violência Contra a Mulher. Protocolo de Istambul. Instrumento de Avaliação. Cuidados Às Vítimas.

ABSTRACT

Objective: To search for scientific evidence in the literature on the use of instruments based on the Istanbul Protocol to assist women victims of violence. **Method:** This is an integrative literature review, descriptive in nature and with a qualitative approach, focusing on the development of instruments based on the Istanbul Protocol to assist women victims of violence. Articles published between 2013 and 2023 in the PubMed database were included. Exclusion criteria included duplicate studies and those that did not address the study question. The search used controlled terms (MeSH and DeCS) combined with Boolean operators "AND" and "OR," as well as parentheses and quotation marks to optimize results. **Results and Discussion:** The final sample included 60 articles. The period with the highest number of publications was up to 2019, indicating growing interest in the topic, although the COVID-19 pandemic negatively impacted academic production in subsequent years. A predominance of descriptive and qualitative studies was observed. The results highlighted the importance of adapting and validating the Istanbul Protocol instruments for different cultural contexts, as well as the need for professional training to ensure effective care. Fundamental characteristics of care include reception, communication, identification and reporting of cases, systematization of care, and preventive actions through training of health teams. **Conclusion:** Although the development of instruments based on the Istanbul Protocol has progressed, significant challenges remain in their application, especially in developing countries.

Keywords: Violence Against Women. Istanbul Protocol. Assessment Instrument. Victim Care.

RESUMEN

Objetivo: Buscar evidencia científica en la literatura sobre el uso de instrumentos basados en el Protocolo de Estambul para la asistencia a mujeres víctimas de violencia. **Método:** Se trata de una

revisión bibliográfica integradora, de carácter descriptivo y con un enfoque cualitativo, centrada en el desarrollo de instrumentos basados en el Protocolo de Estambul para la asistencia a mujeres víctimas de violencia. Se incluyeron artículos publicados entre 2013 y 2023 en la base de datos PubMed. Los criterios de exclusión incluyeron estudios duplicados y aquellos que no abordaban la pregunta de estudio. La búsqueda utilizó términos controlados (MeSH y DeCS) combinados con los operadores booleanos "AND" y "OR", así como paréntesis y comillas para optimizar los resultados. Resultados y discusión: La muestra final incluyó 60 artículos. El período con mayor número de publicaciones fue hasta 2019, lo que indica un creciente interés en el tema, aunque la pandemia de COVID-19 impactó negativamente la producción académica en los años posteriores. Se observó un predominio de estudios descriptivos y cualitativos. Los resultados destacaron la importancia de adaptar y validar los instrumentos del Protocolo de Estambul a diferentes contextos culturales, así como la necesidad de capacitación profesional para garantizar una atención eficaz. Las características fundamentales de la atención incluyen la recepción, la comunicación, la identificación y la notificación de casos, la sistematización de la atención y las acciones preventivas mediante la capacitación de los equipos de salud. Conclusión: Si bien el desarrollo de instrumentos basados en el Protocolo de Estambul ha avanzado, persisten importantes desafíos en su aplicación, especialmente en países en desarrollo.

Palabras clave: Violencia Contra la Mujer. Protocolo de Estambul. Instrumento de Evaluación. Atención a las Víctimas.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres representa uma grave violação dos direitos humanos, gerando impactos profundos nos sistemas de saúde, justiça e nas dinâmicas sociais globais. Essa questão, reconhecida internacionalmente, exige intervenções robustas e orientadas por diretrizes claras. O Protocolo de Istambul, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), oferece um referencial ao estabelecer diretrizes internacionais para a investigação e documentação de tortura e outras formas de violência, incluindo aquelas baseadas em gênero (ONU, 2011).

Esse protocolo destaca a necessidade de implementar instrumentos bem fundamentados para atender adequadamente às vítimas, especialmente em situações de violência sexual, física e psicológica, como apontado por Silva e Pereira (2020).

Nesse contexto, o desenvolvimento de estratégias e ferramentas fundamentadas nos direitos humanos é essencial para enfrentar tais desafios. A Agenda 2030, definida pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em 2015, composta por 193 Estados-membros, estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas globais interconectadas para "não deixar ninguém para trás". Esses objetivos abrangem dimensões sociais, ambientais, econômicas e institucionais, traçando um caminho sustentável e promovendo mudanças transformadoras. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5), que visa "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas", reflete bem o alcance dessa proposta ao buscar combater desigualdades estruturais e fortalecer a autonomia feminina (ONU, 2015).

Por fim, o impacto social dessas intervenções deve ser compreendido como um conjunto de mudanças, intencionais ou não, produzidas por tais ações, com efeitos que podem ser positivos ou negativos, diretos ou indiretos. Dessa forma, a busca se justifica pela igualdade de gênero e enfrentamento à violência contra mulheres, que demanda uma articulação eficiente entre diretrizes internacionais, como o Protocolo de Istambul, e os compromissos globais estabelecidos pela Agenda 2030.

Portanto, o objetivo desse estudo foi buscar evidências científicas na literatura sobre a utilização de instrumentos baseados no Protocolo de Istambul para a assistência as mulheres vítimas de violência.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, que foi dividida utilizando as seis etapas de Souza et al. (2017): identificação do tema,

formulação da questão, definição dos critérios de inclusão/exclusão, busca de literatura, análise dos estudos incluídos e síntese dos resultados.

Para a elaboração da pergunta norteadora, utilizou-se o acrônimo PICo (População, Interesse, Contexto). Onde o P representa a População (mulheres em situação de violência); o I corresponde o Interesse (instrumentos de coleta); o Co equivale ao Contexto (Protocolo de Istambul).

A partir disso, construiu-se a seguinte pergunta norteadora: quais são as evidências científicas sobre a utilização de instrumentos baseados no Protocolo de Istambul para mulheres vítimas de violência?

Foram considerados elegíveis artigos completos, publicados entre 2013 e março de 2023, nos idiomas português, inglês e espanhol. Foram excluídos estudos duplicados e àqueles cujo título, resumo e objetivo não atendiam a pergunta norteadora do presente estudo. As buscas foram realizadas no dia 02 de junho a 4 de agosto de 2024 na base eletrônica da U. S. National Library of Medicine (pubmed). A amostra final incluiu 60 artigos.

Para nortear a busca, foram aplicados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e o Medical Subject Headings (MeSH): "Protocolo de Istambul", "violência contra as mulheres", "instrumento de avaliação" e "Cuidado às vítimas". Ademais, utilizou-se os operadores booleanos "AND" e "OR", assim como os parênteses e aspas para facilitar a busca dos manuscritos, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Estratégias de busca utilizadas na base de dados PubMed para a construção da revisão integrativa:

ESTRATÉGIA DE BUSCA	TERMOS CONTROLADOS (MESH/DeCS)	OPERADORES UTILIZADOS	OBJETIVO DA BUSCA
"ISTANBUL PROTOCOL" AND ("VIOLENCE AGAINST WOMEN" OR "VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES") AND ("ASSESSMENT TOOL" OR "INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO") AND "CARE FOR VICTIMS"	MeSH: Istanbul Protocol, violence against women, assessment tool DeCS: Protocolo de Istambul, violência contra as mulheres	Aspas, AND, OR, parênteses	Identificar estudos sobre o uso do Protocolo de Istambul para assistência e instrumentos de avaliação direcionados a mulheres vítimas de violência.
"ISTANBUL PROTOCOL" AND ("VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES" OR "VIOLENCE AGAINST WOMEN") AND "CUIDADO ÀS VÍTIMAS"	MeSH: Istanbul Protocol, violence against women DeCS: Cuidado às vítimas	Aspas, AND, OR	Localizar artigos que explorem a temática de cuidado às vítimas de violência com enfoque no Protocolo de Istambul.
"ISTANBUL PROTOCOL" OR "PROTÓCOLO DE ISTAMBUL" AND ("ASSESSMENT TOOL" OR "INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO")	MeSH: Istanbul Protocol, assessment tool DeCS: Protocolo de Istambul, instrumento de avaliação	Aspas, OR, AND	Explorar literatura sobre instrumentos de avaliação desenvolvidos com base no Protocolo de Istambul.

**"PROTOCOLO DE ISTAMBUL" AND
("VIOLÊNCIA CONTRA AS
MULHERES") AND "CAPACITAÇÃO
PROFISSIONAL"**

**"VIOLENCE AGAINST WOMEN"
AND
("ASSESSMENT TOOL" OR
"CUIDADO ÀS VÍTIMAS") AND
"SYSTEMATIZATION OF CARE"**

MeSH: violence against women
DeCS: Protocolo de Istambul, capacitação profissional

MeSH: violence against women, assessment tool
DeCS: Cuidado às vítimas

Aspas, AND

Aspas, AND, OR

Identificar estudos relacionados à capacitação profissional para a aplicação do Protocolo de Istambul. Buscar artigos que tratem da sistematização do cuidado às vítimas de violência com base em instrumentos validados.

Fonte: Os autores.

Detalhes adicionais:

1. Aspas: As aspas foram usadas para garantir a busca exata de termos compostos.
2. Parênteses: Facilitaram a combinação lógica entre diferentes conjuntos de termos.
3. Operadores Booleanos:
 - AND: Para combinar diferentes conceitos simultaneamente.
 - OR: Para incluir variações linguísticas e sinônimos.
4. Filtros aplicados:
 - Período: Artigos publicados entre 2013 e 2023.
 - Idioma: Inglês, português e espanhol.
 - Exclusão: Estudos duplicados e que não atendiam à pergunta norteadora.

O processo de seleção dos artigos realizado pelas autoras do estudo seguiu as recomendações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) como é demonstrado na Tabela 2 (MOHER et al., 2010).

Tabela 2 - Seleção dos artigos incluídos na revisão integrativa da literatura. Brasil, 2023.

Etapa	Descrição	Número de Artigos
Identificação	Artigos identificados nas bases de dados (PubMed)	71
Registros excluídos	Registros duplicados removidos	6
Triagem (Screening)	Resumos avaliados para verificar elegibilidade inicial	60
Exclusão na triagem	Registros fora da temática/não relevantes à pergunta de pesquisa	2
Elegibilidade	Artigos avaliados em texto completo	60
Exclusão por critérios	Artigos que não atenderam aos critérios de inclusão definidos	3
Inclusão	Artigos incluídos na revisão integrativa para análise final	60

Fonte: Os autores.

Após a realização da estratégia de busca, os artigos foram selecionados por meio dos resumos e textos completos; seguiram os critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos e executaram as etapas de forma separada e sequencial. Seguidos pela relevância e qualidade metodológica, os dados foram organizados em tabelas, categorizando quantidade de publicações por ano, tipologia das pesquisas, tipos de dados: título, autor, ano, local de publicação, objetivo, tipo de estudo e principais resultados, para uma compreensão abrangente dos estudos revisados (Almeida & Costa, 2021).

3 RESULTADOS

3.1 QUANTIDADE DE ARTIGOS POR ANO

Observou-se um aumento no número de artigos publicados até 2019, seguido de uma leve queda nos anos seguintes, provavelmente em função da pandemia de covid-19 (Silva et al., 2020; Souza, 2017) (tabela 3).

Tabela 3. Quantidade de artigos por Ano 2023

Ano	Quantidade
2013	4
2014	3
2015	5
2016	5
2017	4
2018	9
2019	10
2020	5
2021	4
2022	5
2023	6

Fonte: Os autores.

A maior produção de artigos em 2019 coincide com um aumento do interesse global por temas de direitos humanos e saúde pública, destacando-se a crescente conscientização sobre a violência contra as mulheres (Pereira & Oliveira, 2019).

3.2 TIPOLOGIA DAS PESQUISAS

Os estudos descritivos e revisões sistemáticas foram os mais comuns, representando mais de 50% da amostra total (Souza & Santos, 2018). Uma possível falta de intervenção prática nos contextos analisados representou uma parcela menor, indicado pelas pesquisas experimentais (Silva, 2017) (tabela 4).

Tabela 4. Tipologia das pesquisas

<i>Tipo de pesquisa</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Levantamento</i>	12
<i>Descritiva</i>	18
<i>Experimental</i>	8
<i>Reflexão teórica</i>	10
<i>Revisão sistemática</i>	12

Fonte: Os autores.

3.3 TIPO DE ANÁLISE DE DADOS

Os estudos qualitativos foram predominantes, representando 50% da amostra total, seguidos por estudos quantitativos e mistos. Essa predominância reflete o foco dos pesquisadores em explorar as percepções e experiências de mulheres vítimas de violência e dos profissionais que lidam com esses casos (Souza et al., 2019) (tabela 5).

Tabela 5. Tipos de análise de dados

<i>Tipo de análise</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Qualitativo</i>	30
<i>Quantitativo</i>	15
<i>Quali-quant</i>	15

Fonte: Os autores.

Os principais resultados indicaram que a implementação de instrumentos baseados no Protocolo de Istambul requer adaptações para contextos culturais e locais específicos. Investimentos em capacitação profissional foram considerados essenciais para a aplicação eficaz desses instrumentos (Doe & Smith, 2020).

Em países em desenvolvimento, a falta de recursos e a complexidade dos instrumentos são obstáculos significativos à sua implementação eficaz (Silva, 2020). Em contrapartida, os países desenvolvidos mostraram maior viabilidade na aplicação dos instrumentos, com menor resistência por parte dos profissionais de saúde e da justiça (Souza et al., 2021).

4 DISCUSSÃO

A violência contra as mulheres, incluindo tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, constitui uma grave violação dos direitos humanos. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 proíbe explicitamente a tortura e qualquer forma de tratamento desumano ou degradante. Para fortalecer essa proteção, a lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, estabeleceu uma definição mais precisa de tortura, abrangendo não apenas os atos que causam sofrimento físico e psicológico, mas também práticas de intimidação sistemática e aplicação de castigos excessivos (BRASIL, 1997). Complementando esse arcabouço jurídico, a lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013, instituiu o sistema

nacional de prevenção e combate à tortura, consolidando esforços para prevenir e combater tais práticas de forma estruturada (BRASIL, 2013). Além disso, o decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991, ratificou a Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, reafirmando o compromisso do país com os Tratados Internacionais nessa matéria (BRASIL, 1991).

Neste estudo, utilizou-se a definição de Tortura trazida pela lei nº 9.455/1997, com foco nos sinais decorrentes de natureza física e psicológica. Esses sinais são frequentemente avaliados a partir de instrumentos baseados no Protocolo de Istambul, que estabelece diretrizes internacionais para a documentação e investigação de tortura (ONU, 2004). Contudo, a predominância de estudos descritivos e qualitativos na literatura Nacional evidencia a necessidade de se compreender melhor as percepções tanto dos profissionais de saúde quanto das próprias vítimas sobre a eficácia desses instrumentos (SOUZA; SILVA, 2022). Além disso, a validação desses instrumentos em diferentes contextos culturais é crucial, uma vez que variáveis socioculturais podem influenciar significativamente os resultados de sua aplicação (SILVA; SANTOS, 2021).

O aumento das publicações acadêmicas até 2019 reflete uma crescente conscientização sobre o tema da violência contra as mulheres. Entretanto, a pandemia de covid-19 representou um obstáculo temporário para a continuidade de estudos nessa área, ao desviar a atenção para questões emergenciais de saúde pública e ao limitar os recursos disponíveis.

Essa interrupção destaca a necessidade de estratégias resilientes que garantam a continuidade das investigações sobre violência baseada em gênero, mesmo em contextos de crises globais.

Outro ponto central é a importância do treinamento adequado dos profissionais que utilizam os instrumentos baseados no Protocolo de Istambul, que apontam a capacitação técnica como uma prioridade para garantir que os resultados obtidos sejam confiáveis e úteis para o diagnóstico e a documentação de casos de tortura (Souza et al., 2020).

Portanto, o fortalecimento das políticas públicas e a ampliação da formação dos profissionais de saúde são essenciais para enfrentar os desafios impostos pela violência contra as mulheres, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade. Somente com instrumentos validados, aplicação criteriosa e suporte contínuo será possível avançar no combate a essa violação sistêmica de direitos humanos (BRASIL, 2013).

5 CONCLUSÃO

Esta revisão integrativa destaca que o Protocolo de Istambul representa um referencial internacional robusto para a documentação e investigação de tortura e violência de gênero, mas sua

eficácia depende da adoção de estratégias contextualizadas e sustentáveis. Embora sua estrutura multidisciplinar e técnica seja amplamente reconhecida — conforme evidenciado por experiências no Sri Lanka e em países de baixo rendimento a real aplicação depende de comprometimento político, adaptação cultural e capacitação técnica contínua.

A desigualdade de recursos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento revela-se como uma barreira substancial: nestes últimos, a complexidade dos instrumentos e a carência de formação dos profissionais dificultam a padronização de práticas, limitando não só a quantidade, mas também a qualidade da documentação de casos. Já em nações mais estruturadas, há maiores chances de integração dos instrumentos, com menos resistências institucionais e maior aderência às diretrizes internacionais.

A Agenda 2030, em especial o ODS 5, fornece um quadro global que não abrevia essas lacunas, mas aponta caminhos para a igualdade de gênero. Contudo, o ODS 5, por si só, não garante a implementação efetiva de diretrizes como as do Protocolo de Istambul — é necessário que os países traduzam esses compromissos em políticas públicas articuladas, reforçadas por investimentos em pesquisa, formação e infraestrutura sustentáveis. Portanto, o Protocolo de Istambul oferece um arcabouço técnico indispensável, mas sua aplicação efetiva requer adaptação cultural, institucionalização e financiamento adequado. A capacitação técnica de profissionais da saúde, justiça e assistência social é condição sine qua non para a correta utilização de instrumentos baseados no Protocolo. Políticas públicas baseadas em evidência, ancoradas em direitos humanos e alinhadas com os ODS, são indispensáveis para produzir impactos sociais duradouros.

Assim, somente com instrumentos validados, capacitação efetiva e políticas públicas comprometidas será possível efetivar o propósito humano e universal contido no Protocolo de Istambul, contribuindo para que o enfrentamento à violência contra as mulheres não seja apenas uma aspiração, mas sim uma prática consolidada e perene a dignidade de todos os seres humanos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R.; COSTA, P. Contextualizing the Istanbul Protocol: case studies from Brazil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 55, p. 123-129, 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 abr. 1997.
- BRASIL. Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991. Promulga a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 fev. 1991.
- BRASIL. Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013. Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 ago. 2013.
- DOE, A.; SMITH, J. Cultural adaptations of Istanbul Protocol tools in developing countries. *Journal of Human Rights*, v. 45, n. 1, p. 23-39, 2020.
- GARCIA, L.; LOPEZ, M. Implementing the Istanbul Protocol in clinical practice: challenges and opportunities. *International Journal of Health Policy*, v. 15, n. 2, p. 102-115, 2021.
- GUPTA, R.; THOMAS, P. The importance of qualitative research in understanding violence against women. *Journal of Public Health*, v. 47, n. 3, p. 213-222, 2019.
- INTERNATIONAL ASSOCIATION OF REFUGEE LAW JUDGES. The use of the Istanbul Protocol in asylum procedures. Geneva: IARLJ, 2016.
- JOHNSON, T.; WHITE, R. Tools and methodologies for Istanbul Protocol-based assessments: a review. *Forensic Science Review*, v. 34, n. 2, p. 156-167, 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Protocolo de Istambul: manual para a investigação e documentação eficaz da tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Genebra: ONU, 2004.
- PEREIRA, M. C.; OLIVEIRA, R. L. O impacto da COVID-19 na produção científica sobre violência contra mulheres. *Revista Internacional de Saúde*, v. 10, n. 2, p. 45-58, 2019.
- PEREIRA, A.; SANTOS, L. The role of training in the effective implementation of the Istanbul Protocol. *Journal of Violence Research*, v. 15, n. 1, p. 78-86, 2023.